



CdE

CENTRO DE EXCELÊNCIA
PARA A REDUÇÃO DA OFERTA
DE DROGAS ILÍCITAS

SIMCI

Sistema Integrado de Monitorio
de Cultivos Ilícitos

Dinâmicas do mercado de drogas ilícitas no Brasil

SUMÁRIO EXECUTIVO

Análise comparativa dos preços de maconha,
cocaína e outras drogas em quatro estados



Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas
Sistema Integrado de Monitoramento de Cultivos Ilícitos do UNODC Colômbia

Dinâmicas do mercado de drogas ilícitas no Brasil

**Análise comparativa dos preços de maconha,
cocaína e outras drogas em quatro estados**

Ministério da Justiça e Segurança Pública
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime
Brasília, 2022



© Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas (CdE) –
Dezembro de 2022.

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, desde que seja citada a fonte e não seja para venda ou qualquer fim comercial. A pesquisa apresentada reflete as opiniões dos seus autores e não do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime ou do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Edifício Sede. Brasília – DF. CEP: 70064-900.

Versão digital disponível em: www.cdebrasil.org.br

341.5555

D583

Dinâmicas do mercado de drogas ilícitas no Brasil – sumário executivo : análise comparativa dos preços de maconha, cocaína e outras drogas em quatro estados / Claudio Dantas Monteiro ... [et al.] ; Gustavo Camilo Baptista, Nivio Nascimento, Gabriel Andreuccetti , coordenadores. -- Brasília : Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas (CdE), Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2023.

30 p. : il. color.

Trabalho em parceria da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Sistema Integrado de Monitoramento de Cultivos Ilícitos.

Versão digital disponível em: www.cdebrasil.org.br

ISBN físico 978-65-87762-32-6
ISBN digital 978-65-87762-33-3

1. Droga ilícita, mercado, Brasil - 2. Tráfico de droga, Brasil – I, Monteiro, Claudio Dantas. II. Baptista, Gustavo Camilo (coord.) . III. Nascimento, Nivio (coord.) . IV. Andreuccetti, Gabriel (coord.) V. Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas (CdE). VI. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). VII. Brasil. Ministério da Justiça e Segurança Pública. VII. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). IX. Sistema Integrado de Monitoramento de Cultivo Ilícitos. X. Título.

CDD

Idealização

Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Senad/MJSP)

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC)

Sistema Integrado de Monitoramento de Cultivos Ilícitos (Simci)

Equipe responsável

Coordenação

Gustavo Camilo Baptista, Nívio Nascimento e Gabriel Andreuccetti

Elaboração

Claudio Dantas Monteiro, Jairo Jesús Pinto Hidalgo, Bárbara Diniz Caldeira, Gabriel Andreuccetti, Ana Carolina Fleury Nogueira, Pedro Maziero e Anna Beatriz Gonçalves

Equipe do Simci: Ivan Ernesto Piraquive Lopez, Camilo Andres Albarracin Barrera, Hugo Rodríguez Artunduaga, Diego Alberto Sanchez Robayo, Alvaro Javier Chamorro Rocha, Laura Angélica Castro Díaz e Néstor Juan Sanabria Landazábal

Supervisão e revisão técnica

Flávio Cireno Fernandes

Consultores

Gabriela Rangel Silgueiro (MT)

Nínive Fonseca Machado (PE)

Lucas e Silva Batista Pilau (SP)

Projeto gráfico e diagramação

Lavínia Design

Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)**Ministro da Justiça e Segurança Pública:** Anderson Gustavo Torres**Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos:** Paulo Gustavo Maiurino**Diretor de Políticas Públicas e Articulação Institucional:** Marcelo de Oliveira Andrade**Coordenador-Geral de Investimentos, Projetos, Monitoramento e Avaliação / Diretor Nacional do Projeto BRA/15/009:** Gustavo Camilo Baptista**Coordenadora do Projeto BRA/15/009:** Solange Pereira Leal**Chefe de Serviço, Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas:** Carlos Timo Brito**Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)****Representante-Residente:** Katyna Argueta**Representante-Residente Adjunto:** Carlos Arboleda**Representante-Residente Assistente e Coordenadora da Área Programática:** Maristela Baioni**Coordenadora da Unidade de Paz e Governança:** Moema Freire**Gerente de Projeto:** Rosana Tomazini**Assistente de Projeto:** Aline Santana**Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC)****Diretora do Escritório de Ligação e Parceria do UNODC Brasil:** Elena Abbati**Coordenador da Unidade de Estado de Direito:** Nivio Nascimento**Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas (CdE)****Coordenador:** Gabriel Andreuccetti**Assessora Institucional:** Elisangela Sousa**Assessora Técnica de Prevenção ao Crime Organizado e de Tráficos Ilícitos:** Bárbara Diniz**Especialista em Comunicação:** Ana Carolina Fleury Nogueira**Especialista em Gestão de Ativos e Inteligência Financeira:** Claudio Dantas Monteiro**Especialista em Tráfico de Drogas e Ilícitos Transnacionais:** Jairo Jesús Pinto Hidalgo**Auxiliar de Comunicação:** Pedro Maziero**Estagiários:** Anna Beatriz Gonçalves, Luis Porto e Ruth Amaral**Escritório Regional das Nações Unidas sobre Drogas e Crime para os Países Andinos e Cone Sul (UNODC Colômbia)****Representante do escritório regional do UNODC para os países andinos e do cone sul:** Candice Welsch**Representante adjunto:** Olivier Inizan**Oficial de pesquisa:** Hyarold Leonardo Correa Fajardo**Oficial Associado Regional:** Héctor Hernando Bernal Contreras**Chefe de Área do Sistema Integrado de Monitoramento de Cultivos****Ilícitos (Simci) (interino):** Germán Andrés Clavijo Hincapié**Líder da área de Análise temática:** Laura Angélica Castro Díaz**Assessor Temático com Ênfase na Medição Econômica e Social:** Iván Ernesto Piraquive López**Assessor Temático com Ênfase em Políticas Públicas:** Álvaro Javier Chamorro Rocha,**Assessor Temático com Ênfase em Química:** Diego Alberto Sanchez Robayo**Assistente Temático em Informação Qualitativa e Quantitativa:** Camilo Andrés Albarracín Barrera**Assistente Temático em Química:** Hugo Rodriguez Artunduaga**Pesquisador associado:** Néstor Juan Sanabria Landazábal

Agradecimentos

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal

Governo do Estado de São Paulo

Secretaria da Segurança Pública de São Paulo

Polícia Civil de São Paulo

Polícia Militar de São Paulo

Polícia Técnico-Científica de São Paulo

Governo do Estado do Paraná

Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná

Polícia Civil do Paraná

Polícia Militar do Paraná

Polícia Científica do Estado do Paraná

Governo do Estado de Mato Grosso

Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso

Polícia Civil de Mato Grosso

Polícia Militar de Mato Grosso

Perícia Oficial e Identificação Técnica do Mato Grosso

Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso (ESMAGIS/TJMT)

Governo do Estado de Pernambuco

Secretaria de Defesa Social de Pernambuco

Polícia Civil de Pernambuco

Polícia Militar de Pernambuco

Polícia Científica de Pernambuco

Em especial, agradecemos os pontos focais estabelecidos em cada estado participante do projeto e que auxiliaram durante a estruturação, coleta de dados e análise dos resultados: em **São Paulo**, Francisco Petrarca Ielo Neto, Diógenes Bandoli L. M. Junior, Bruno Carvalho Salmeron, Gerson Martins de Oliveira, Genésio Leo Junior, Ronaldo Augusto Comar Marão Sayeg; no **Paraná**, Claudio Todisco Silveira, Eduardo Tosta Seixas Júnior, Vagner Luiz Andreatta Bueno, Rafael Lucas Pires; em **Pernambuco**, Jonas Sobral Moreno, Claudio Castro, Márcio José da Cruz, Daniel Augusto da Silva; e, em **Mato Grosso**, Tatiana Eloá Pilger, Juliana Chiquito Palhares, Rodrigo Botelho.

Sumário

O Projeto	8
Políticas sobre drogas.....	9
Tipos de drogas ilícitas e sua classificação	10
Principais conclusões.....	13
Análise dos resultados dos preços de drogas ilícitas registrados nos estados... 18	
São Paulo	18
Paraná.....	19
Pernambuco	21
Mato Grosso.....	22
Diversos aspectos influenciam o mercado de drogas ilícitas.....	24
Pureza das drogas ilícitas	25
Lições aprendidas a partir do estudo	27

O Projeto

O Projeto-piloto de Monitoramento do Mercado de Drogas Ilícitas foi coordenado pelo **Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas (CdE)**, em cooperação técnica com o **Sistema Integrado de Monitoramento de Cultivos Ilícitos (Simci - Colômbia)** do Escritório Regional das Nações Unidas sobre Drogas e Crime para os Países Andinos e Cone Sul, e contou com a colaboração de diferentes instituições da segurança pública em âmbito federal e dos estados.

Para identificar aspectos variados que estruturam esse complexo mercado, o estudo teve enfoque especial na coleta, padronização e no acompanhamento dos preços das principais drogas ilegais comercializadas em quatro estados do Brasil: São Paulo, Paraná, Pernambuco e Mato Grosso.

Com o objetivo de produzir dados confiáveis, o projeto usou referências nacionais e internacionais, adaptando uma metodologia desenvolvida pelo UNODC Colômbia a partir da extensa experiência do Simci na obtenção e análise de informações sobre tráfico de drogas.



Os dados compilados foram coletados entre maio e agosto de 2022. Foi possível identificar aspectos como o destino da droga, local onde foi comercializada, a forma de pagamento, o tipo de mercado, a quantidade, embalagem e o valor da mercadoria.

Políticas sobre drogas



Evidências internacionais têm mostrado que indicadores relacionados aos mercados de drogas ilícitas, especialmente dados como **apreensões, preço, pureza e crimes relacionados a drogas**, são de grande valor para a formulação e o monitoramento de políticas sobre drogas¹. Esses dados têm diversas aplicações analíticas, operacionais e políticas², ajudam a determinar o tamanho desses mercados, a disponibilidade de substâncias, identificar tendências, além de ameaças, e avaliar o impacto das políticas e programas que são estabelecidos³.

O estudo pode auxiliar a administração pública a atender diretrizes técnicas de órgãos fiscalizadores, como o Acórdão nº 280/2020 do Tribunal de Contas da União (TCU), sobretudo no que diz respeito à criação de mecanismos de monitoramento e avaliação da Política Nacional sobre Drogas.

A proposta é que os indicadores produzidos colaborem com o Plano Nacional de Políticas sobre Drogas (Planad), principalmente para a criação de conhecimento qualificado, que poderá contribuir em decisões de coordenação do governo federal no enfrentamento ao tráfico de drogas.

1 SINGLETON, Nicola; CUNNINGHAM, Andrew; GROSHKOVA, Teodora; ROYUELA, Luis; SEDEFOV, Roumen. Drug supply indicators: Pitfalls and possibilities for improvements to assist comparative analysis. *International Journal of Drug Policy*, v. 56, p. 131-136, 2018.

2 EMCDDA – EUROPEAN MONITORING CENTRE FOR DRUGS AND DRUG ADDICTION. *Estimating the size of the main illicit retail drug markets in Europe: an update. Relatório técnico*. Luxemburgo: Publications Office of the European Union, 2019a.

3 SINGLETON, Nicola; CUNNINGHAM, Andrew; GROSHKOVA, Teodora; ROYUELA, Luis; SEDEFOV, Roumen. Drug supply indicators: Pitfalls and possibilities for improvements to assist comparative analysis. *International Journal of Drug Policy*, v. 56, p. 131-136, 2018; e UNODC – UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. *World Drug Report 2019*. Vienna: UNODC, 2019.

Tipos de drogas ilícitas e sua classificação

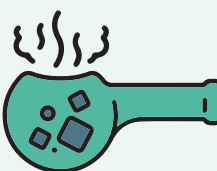
Os tipos de drogas ilícitas abordadas no estudo são caracterizados pela nomenclatura a seguir:



- **Pasta base de cocaína/Base de cocaína/Crack (em contexto de consumo)**⁴: produto obtido através do processo de extração dos alcaloides das folhas de coca, a partir de combustíveis e ácido sulfúrico para produzir pasta base de cocaína, e posterior refino, utilizando substâncias como permanganato de potássio ou álcool etílico (obtendo assim a base de cocaína). A substância pode ser fumável, como forma de consumo, dada sua natureza alcalina. No Brasil, segundo as autoridades consultadas, este tipo de substância é comercializado sob o nome de pasta base de cocaína ou crack.



- **Cloridrato de cocaína**⁵: produto gerado a partir da transformação da pasta base de cocaína ou base de cocaína, através de um processo de cristalização do alcaloide (cocaína) utilizando ácido clorídrico como substância precursora. Devido a sua natureza ácida, sua forma de consumo é pela inalação ou também pode ser dissolvido em água e ser usado via endovenosa.



- **Crack**: Os termos “crack” e “freebase” são usados para se referir a diferentes formas de base de cocaína que são obtidas do cloridrato de cocaína purificado por processos de transformação específicos para obter uma substância fumável. Este produto é comumente comercializado nos mercados da Europa e da América do Norte. Ao contrário do “crack” produzido nos Estados Unidos e na Europa, o crack comercializado no Brasil é uma forma sólida de base de cocaína. É provável que seja fabricado no país a partir de pasta base ou base de cocaína, traficada dos países produtores em tijolos de 1kg, o que torna a droga mais barata (UNODC, 2021).



- **Maconha**⁶: é um produto derivado da planta de cannabis, com efeitos alucinógenos sobre o sistema nervoso central, devido à ação do princípio ativo Δ^9 - Tetrahydrocannabinol (THC). O material vegetal é normalmente utilizado para produzir cigarros fumados pelos usuários.

4 Disponível em: https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil//Topics_drugs/Publicacoes/LIBRO_PBC.pdf. Acesso em: 1 nov. 2022.

5 Ibid.

6 Disponível em: https://www.unodc.org/pdf/26june05/fs_cannabis_S.pdf. Acesso em: 1 nov. 2022.



- **Skunk⁷**: Este é um tipo de maconha que se origina do cruzamento das variedades de *Cannabis sativa* e *Cannabis indica*. Esta variedade é um híbrido de aproximadamente 75% *sativa* e 25% *indica*, caracterizado por um alto teor de THC.



- **Haxixe⁸**: corresponde à resina de cannabis, que deve ser separada das folhas e depois submetida a um processo de secagem e resfriamento. Devido a sua alta concentração de THC, é mais potente do que a maconha comum.



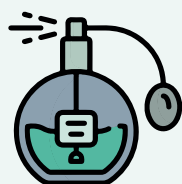
- **K2⁹**: é uma droga classificada como canabinoide sintético, no grupo de Novas Substâncias Psicoativas (NSP). Não é feita a partir de plantas de maconha reais, e sim a partir de substâncias químicas aplicadas em folhas secas ou papéis. Causa sensações ou efeitos alucinógenos semelhantes aos que a maconha pode produzir quando fumada, podendo ser muito mais potente do que a droga natural.



- **Ecstasy¹⁰**: também conhecido como MDMA, é uma droga sintética da família das feniletilaminas, utilizada em eventos sociais por seu efeito estimulante, pois libera serotonina produzida pelo organismo. Também pode ser comercializado sob o nome MD, que se refere à forma pura e cristalina do MDMA.



- **Anfetamina¹¹**: droga ilícita de origem sintética conhecida por seus efeitos estimulantes, na medida em que altera os níveis de dopamina e norepinefrina no organismo.



- **Lança-perfume¹²**: droga inalante geralmente composta por uma ou mais substâncias diversas, tais como clorofórmio, éter, tricloroetileno, cloreto de etila, entre outras, consumida popularmente em contextos sociais recreativos.

7 Disponível em: https://www.unodc.org/documents/scientific/ST-NAR-40-Ebook_1.pdf. Acesso em: 1 nov. 2022

8 Disponível em: https://www.unodc.org/pdf/youthnet/handbook_s_what_are_drugs.pdf. Acesso em: 1 nov. 2022.

9 Disponível em: <https://www.unodc.org/LSS/SubstanceGroup/Details/ae45ce06-6d33-4f5f-916a-e873f07bde02>. Acesso em: 1 nov. 2022.

10 Disponível em: https://www.unodc.org/documents/southeastasiaandpacific/2011/09/global-ats-2011/ATS_Global_Assessment_2011_web.pdf. Acesso em: 1 nov. 2022.

11 Ibid.

12 Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0376871612004772>. Acesso em: 1 nov. 2022.

Classificação das drogas ilícitas

Parte fundamental para a compreensão do mercado de drogas ilícitas inclui a classificação destas substâncias. Uma das formas de classificar se dá pela divisão em dois grupos: **naturais** e **sintéticas**. A primeira forma engloba aquelas que têm sua origem na natureza e a segunda, conseqüentemente, aquelas criadas pela intervenção humana. Dentro destes grupos existe uma subclassificação das substâncias, que pode variar de acordo com o método de consumo ou efeito sobre o sistema nervoso central.

Drogas ilícitas

Segundo sua origem, podem ser:

NATURAIS:

Obtidas através do processamento dos alcaloides ou princípios ativos sintetizados por certos tipos de plantas.

Derivados da coca: são produtos provenientes da folha de coca, que produz o alcaloide da cocaína.

- **Pasta base de cocaína ou pasta base (PBC):** é o produto da extração do alcaloide presente nas folhas de coca através do uso de combustíveis.
- **Base de cocaína (BC):** obtida pela refinação da PBC; com permanganato de potássio.
- **Cloridrato de cocaína (CHC):** é produzido pela mudança do pH da base de cocaína com o uso de ácido clorídrico e solventes.

Derivados da papoula: são produtos provenientes do ópio, que contém o alcaloide da morfina.

- **Látex de papoula:** produzido pela planta da papoula. Contém os alcaloides morfina, codeína, entre outros.
- **Morfina:** obtida por um processo de extração, utilizando uma substância alcalina.
- **Heroína:** produzida por acetilação de morfina, através do uso de anidrido acético.

Maconha: vem do cultivo da maconha, cujo princípio ativo responsável pelo efeito alucinógeno é o Δ -9-THC.

É comercializada sob os nomes super maconha, skunk, haxixe, cripi, white widow, blueberry, entre outros.

NSP: novas substâncias psicoativas de origem natural, que não estão incluídas nas listas de controle.

Incluem substâncias de origem vegetal como: khat, kratom e salvia divinorum.

SINTÉTICAS:

Fabricadas através de reações químicas a partir de produtos químicos precursores.

De acordo com o UNODC, se classificam em:

1) Anfetaminas do tipo estimulante (ATS):

Anfetamina, Metanfetamina e 3,4-Metilenodioximetanfetamina (MDMA "Ecstasy")

2) Novas Substâncias Psicoativas (NSP):

Canabinoides sintéticos: Comercializados como Spice, K2, K4, Big Bang

Catinonas sintéticas: Mefedrona, Metilona, Butilona, MDPV

Feniletilaminas: 2C-B, PMMA, NBOMe, 2C-E, 4-FA, Dragon FLY

Opiodes sintéticos: Fentanil e análogos, Oxycodona, Metadona

Benzodiazepínicos: Xanax, Diazepam, Clonazepam, Etizolam

Triptaminas: Dimetilriptamina, Foxy-methoxy, Alpha-O, 5-MEO

Fenciclidinas: Ketamina, K, Vitamina K, Kit Kat, Super K (nomes vulgares da ketamina de consumo)

Principais conclusões

Por meio da coleta de dados, o estudo conseguiu identificar e analisar aspectos como origem e destino da droga, local onde foi comercializada, volume, forma de pagamento, tipo de mercado (atacado ou varejo), embalagem e preços da mercadoria.

Uma das estratégias de análise foi o escalonamento nacional de preços. Foi possível compreender a estrutura de precificação no nível territorial (na medida em que o preço da droga varia de um ponto a outro) a partir de um valor mínimo de referência, denotado como “X”, passando por diferentes pontos de tráfico e consumo, em que o preço pode sofrer variações à medida que a droga se desloca no território.

Isso indica que, conforme a droga é transportada, são gerados custos, que são repassados nas etapas de logística do tráfico. A maior parte das drogas ilícitas é traficada por meio de uma intrincada rede de distribuição, que pode ser bastante fragmentada em diversos níveis, fazendo com que a mercadoria seja mais valorizada de acordo com a distância percorrida desde a produção até o consumidor final. O lucro da importação geralmente é também mais alto em comparação ao mercado lícito¹³.

Escalonamento dos preços da base de cocaína e crack com valores coletados no trimestre junho - julho - agosto de 2022

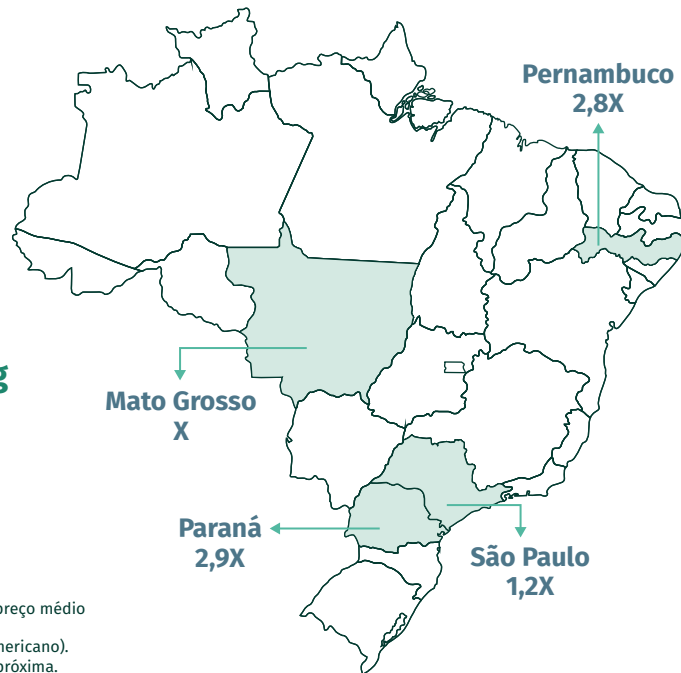
Valor de referência* X equivale ao preço médio do trimestre (junho-julho-agosto) de um quilograma de base de cocaína no estado de Mato Grosso



X = R\$ 18.000 / kg
de base de cocaína
US\$ 3.500 / kg**
de base de cocaína

* Toma-se como valor de referência por ser o menor preço médio entre os quatro estados.

** Data de cotação: 31/08/2022 (com base no dólar americano). Os valores foram arredondados para a centena mais próxima.



Fonte: PCSP, PMPR, PCPR, Gefron/MT, PJCMT e PCPE em coordenação com a SSP/SP, SESP/PR, SDS/PE e SESP/MT.

Cálculos: UNODC, CdE e SIMCI (2022).

Entende-se por base de cocaína “pasta base de cocaína/ base de cocaína/crack (em contexto de consumo)”.

13 CAULKINS, Jonathan P.; PADMAN, R. Quantity discounts and quality premia for illicit drugs. *Journal of the American Statistical Association*, v. 88, n. 423, p. 748-757, 1993.

Com relação às drogas comercializadas, os quatro estados relataram, com maior frequência, (observando a segmentação de cada produto) a maconha, seguida de produtos derivados da cocaína (cloridrato de cocaína, pasta base de cocaína e crack). Drogas sintéticas também foram relatadas, sendo o ecstasy a mais comum.

A tabela seguinte mostra os valores correspondentes às médias e valores mínimos e máximos de cada droga em cada um dos estados durante todo o período de coleta de informações.

Estado	Tipo de droga ilícita (nome comercializado na rua)	Unidade	Número de registros	Preços de drogas ilícitas					
				Média		Mínimo		Máximo	
				R\$	US\$	R\$	US\$	R\$	US\$
Mato Grosso (MT)	Base de cocaína	Quilograma	16	18.000	3.500	18.000	3.500	18.000	3.500
	Cloridrato de cocaína	Quilograma	15	23.800	4.600	22.700	4.400	25.000	4.800
	Skunk	Quilograma	2	3.000	600	3.000	600	3.000	600
Paraná (PR)	Base de cocaína	Gramas	5	73	14	65	13	83	16
	Base de cocaína	Quilograma	1	15.000	2.900	15.000	2.900	15.000	2.900
	Cloridrato de cocaína	Gramas	73	45	9	22	4	50	10
	Cloridrato de cocaína	Quilograma	1	23.500	4.500	23.500	4.500	23.500	4.500
	Crack	Gramas	43	30	6	6	1	41	8
	Crack	Quilograma	2	7.600	1.500	7.600	1.500	7.600	1.500
	Ecstasy	Unidade	5	30	6	27	5	35	7
	Maconha	Gramas	88	5	1	1	0	12	2
	Maconha	Quilograma	15	1.300	300	800	200	2.300	400
	MD	Unidade	1	100	19	100	19	100	19
Pernambuco (PE)	Base de cocaína	Gramas	1	50	10	50	10	50	10
	Maconha	Gramas	12	3	1	2	0	5	1
São Paulo (SP)	Anfetamina	Gramas	1	15	3	15	3	15	3
	Base de cocaína	Gramas	1	22	4	22	4	22	4
	Cloridrato de cocaína	Gramas	25	10	2	5	1	18	3
	Crack	Gramas	15	14	3	8	2	23	4
	Ecstasy	Unidade	4	18	3	14	3	23	4
	Haxixe	Gramas	4	23	4	20	4	26	5
	K2	Gramas	2	15	3	15	3	15	3
	Lança-perfume	Mililitro	6	0	0	0	0	0	0

São Paulo (SP)	Maconha	Gramas	35	2	0	0	0	7	1
	Maconha	Quilograma	2	700	100	700	100	700	100
	Skunk	Gramas	3	18	3	18	3	18	3

Data de cotação 31/08/2022¹⁴ (com base no dólar americano).

Fonte: PCSP, PMPR, PCPR, Gefron/MT, PJCMT e PCPE em coordenação com a SSP/SP, SESP/PR, SDS/PE e SESP/MT.

Cálculos: UNODC, CdE e Simci.

Entende-se por base de cocaína “pasta base de cocaína/base de cocaína (em contexto de consumo)”.

Os valores indicados como “zero” se referem a números inferiores a R\$ 1 ou 1 US\$.

*Os valores se referem à uma média do trimestre no nível mensal.

*Os valores foram arredondados para a centena mais próxima.

*As unidades de medidas reportadas em cada um dos estados não necessariamente indicam um tipo específico de mercado, mas sim como foram reportadas.

- Os preços do cloridrato de cocaína e do crack em gramas, em São Paulo, tendem a ser mais baixos do que os preços reportados no Paraná. Esta condição poderia ser explicada por diferentes fatores, como pelo fato de São Paulo ser o estado mais populoso do país, com a existência de maior oferta e demanda de tais drogas, influenciando na diminuição dos preços, e/ou os níveis de pureza das drogas comercializadas. Adicionalmente, há a condição fronteiriça do Paraná, que pode estar mais vulnerável às oscilações do mercado, uma situação que se refletiria no nível de preços.
- Em relação aos tipos de mercados do cloridrato de cocaína, é possível verificar em São Paulo que o segmento atacadista apresenta preços mais altos em relação ao varejista. Contudo, no Paraná, esta relação se inverte e os preços praticados no varejo são consideravelmente mais elevados do que no atacado.
- São Paulo também registra menores preços com relação à maconha, se comparado ao Paraná e Pernambuco (não levando em conta a qualidade/potência). Chama a atenção o fato de haver produção desta droga em Pernambuco, assim como nas proximidades do Paraná (no Paraguai) e, apesar disso, os preços são mais elevados em ambos os estados (com uma pequena superioridade para o Paraná).

Para se obter uma visão geral do que foi coletado pelo projeto, foram examinadas as médias globais de todas as informações contidas na base de dados, sem a ponderação dos meses em que foram coletadas. Com relação ao tipo de mercado, os respondentes afirmaram, em sua maioria, que se tratava do mercado varejista, como pode ser observado na tabela abaixo:

Tipo de mercado – SP, PR, PE e MT

Tipo de mercado	Frequência	Porcentagem
Varejo	163	43,1%
Não sabe	126	33,3%
Atacado	89	23,5%
Total	378	100%

Fonte: PCSP, PMPR, PCPR, Gefron/MT, PJCMT e PCPE em coordenação com a SSP/SP, SESP/PR, SDS/PE, SESP/MT. Elaboração própria.

Conforme a literatura internacional sobre o tráfico de drogas revela, a maior parte das pessoas envolvidas na complexa cadeia do tráfico de drogas está na produção dos insumos básicos das mercadorias ou na venda a varejo (os *dealers*). Isso pode, por um lado, refletir no trabalho policial de investigação, resultando em mais prisões ou em maior número de informações apuradas neste tipo de mercado. Por outro lado, a polícia pode direcionar o trabalho de maneira que obtenha com maior frequência informações sobre o mercado varejista.

Os preços no mercado da maconha e da cocaína seguem uma mesma tendência geral (à exceção do mercado da cocaína em São Paulo), em que os valores no varejo são mais elevados do que no atacado. Este parece ser um aspecto logístico que segue a estrutura do mercado lícito, em que maiores quantidades possuem preços menores e podem ser transacionadas entre comerciantes. Por sua vez, as pequenas quantidades, as quais acabam sendo vendidas com a margem de lucro do vendedor final incorporada, sendo destinadas ao consumidor, têm preços mais altos.

Na comparação entre o mercado varejista e o atacadista, no caso da maconha, o de venda a varejo parece ser mais lucrativo, tendo em vista que os preços mais que dobram:

Preço do grama da maconha por tipo de mercado – SP, PR e PE

Tipo de mercado	Média de preço	Número de casos	Desvio Padrão
Varejo	R\$ 3,69	52	2,25
Atacado	R\$ 1,44	37	1,22
Não sabe	R\$ 4,72	63	2,34
Total	R\$ 3,57	152	2,44

Fonte: PCSP, PMPR, PCPR, e PCPE em coordenação com a SSP/SP, SESP/PR e SDS/PE.
Elaboração própria.

O cloridrato de cocaína por tipo de mercado sofre uma grande variação, contudo, menor do que o da maconha:

Preço do grama do cloridrato de cocaína por tipo de mercado – SP, PR e MT

Tipo de mercado	Média	Número de casos	Desvio Padrão
Varejo	R\$ 35,20	49	19,52
Atacado	R\$ 20,86	24	6,14
Não sabe	R\$ 42,13	41	15,12
Total	R\$ 34,67	114	17,64

Fonte: PCSP, PMPR, PCPR, Gefron/MT e PJCMT em coordenação com a SSP/SP, SESP/PR e SESP/MT.
Elaboração própria.

Chama a atenção o fato de que o desvio padrão observado no mercado varejista, tanto da cocaína quanto da maconha, possui maior variação em relação ao mercado atacadista, o que pode indicar uma estabilidade de preços entre os traficantes que atuam neste último segmento.

Uma das características definidoras do mercado do cloridrato de cocaína, tanto no atacado, quanto no varejo, é a possibilidade de adulteração com substâncias como a lidocaína, benzo-caína, procaína, entre outras. Cada substância adulterante possui um efeito específico, como o de aumentar a dormência no nariz, o prolongamento ou potencialização dos efeitos, entre outros¹⁵. Assim, estes insumos químicos são adicionados no cloridrato de cocaína, aumentando consideravelmente o volume da droga, fazendo com que seja possível gerar um número maior de doses, o que diminui o preço e permite vender muito mais porções para o consumo final (gerando mais lucro). A lógica de “dosificar” também pode ser empregada para outros tipos de drogas ilícitas. Segundo entrevistados em Pernambuco, o crack pode ser fracionado, conhecido como “pedrinha”, sendo que 1 grama desta droga poderia gerar de 6 a 10 doses.

Vale destacar que, em São Paulo, foram observados preços mais baratos para quase todas as drogas ilícitas (sobretudo no mercado varejista) em comparação ao Paraná, Pernambuco e Mato Grosso. Esta é uma informação que deve ser investigada de forma aprofundada em futuros levantamentos sobre a temática.

À exceção de São Paulo, os outros estados que participaram da pesquisa relataram haver uma intensa disputa entre organizações criminosas para o domínio de território e espaço no mercado de drogas ilícitas. Também há o relato de que a facção paulista (PCC) atua em todos os estados brasileiros, incluindo articulação internacional em zonas de produção de drogas e de distribuição em outras regiões do mundo. São Paulo ainda se destaca por sua amplitude territorial e populacional, além de desenvolvida rede de infraestrutura, a qual atende uma logística de transações comerciais que passam pelo estado, conectando-o com diversas regiões do mundo.

¹⁵ KRUSCHINSKI, Taíze. Levantamento dos principais adulterantes encontrados em amostras de cocaína: uma revisão de escopo. Monografia (Bacharelado em Farmácia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

Análise dos resultados dos preços de drogas ilícitas registrados nos estados

Variação do preço médio das drogas entre os estados, por tipo de mercado (Dados coletados em junho-julho-agosto)

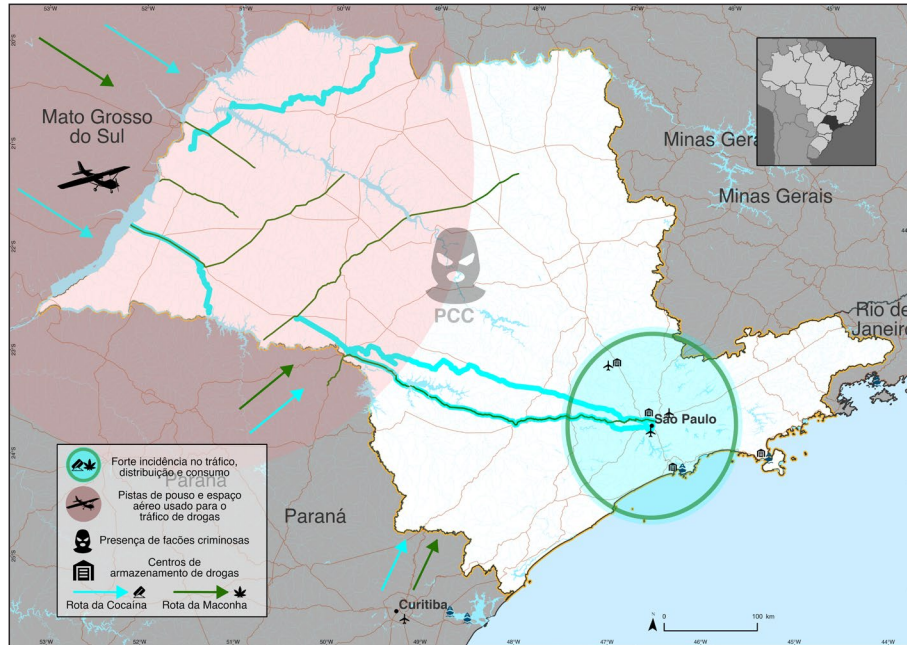
	São Paulo	Paraná	Mato Grosso	Pernambuco
 Base de cocaína	Atacado R\$ 22.000 / kg	Atacado R\$ 67.500 / kg Varejo R\$ 35.000 / kg	Atacado R\$ 18.000 / kg	Varejo R\$ 50.000 / kg
 Cloridrato de cocaína	Atacado R\$ 13.700 / kg Varejo R\$ 8.100 / kg	Atacado R\$ 23.500 / kg Varejo R\$ 46.600 / kg	Atacado R\$ 23.800 / kg	
 Maconha	Atacado R\$ 900 / kg Varejo R\$ 2.000 / kg	Atacado R\$ 3.000 / kg Varejo R\$ 2.700 / kg		Atacado R\$ 1.900 / kg Varejo R\$ 4.200 / kg
 Skunk	Varejo R\$ 18.500 / kg		Atacado R\$ 3.000 / kg	

São Paulo

O Primeiro Comando da Capital (PCC) foi mencionado como a organização criminosa com domínio em todo o território paulista, sendo considerada a maior facção do país, com presença em todas as unidades da federação e com atuação internacional. Toda a infraestrutura de transporte do estado parece ser utilizada para o tráfico de drogas, não existindo diferença relevante entre as rotas da cocaína e da maconha. Contudo, para além dessa facção, também foi informada a presença da organização criminosa conhecida como Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade (CRBC), com origem em Guarulhos. Foi relatada uma elevada dinâmica do tráfico de drogas nas periferias urbanas de São Paulo, com destaque para as maiores da região: Paraisópolis e Heliópolis.

Sobre a dinâmica territorial, foi apontado que a maconha é proveniente da região sul do estado, com origem, principalmente, no Paraná e Mato Grosso do Sul. Já em relação ao tráfico de cocaína, os principais destinos mencionados, a partir dos portos e aeroportos do estado, foram países como Itália e Bélgica. Sobre o refino de cocaína, também foi relatada a existência

de laboratórios caseiros que fazem a transformação da pasta base de cocaína em cloridrato de cocaína, em municípios próximos à cidade de São Paulo.



Fonte: PCSP, PMSP e SSP/SP.
 Elaboração: UNODC, CdE e SIMCI. A dinâmica do tráfico de drogas representada no mapa é baseada em fontes primárias obtidas através de um exercício de cartografia social durante workshop institucional no estado de São Paulo.
 Os limites e nomes mostrados e as designações utilizadas neste mapa não implicam aprovação ou aceitação oficial pelas Nações Unidas.

Durante a coleta de informações, chamou a atenção o fato de que o preço da base de cocaína é mais elevado do que o cloridrato de cocaína e o fato de que o segmento atacadista apresenta maior valorização. Alguns fenômenos podem ajudar a compreender o cenário, tais como: 1) o fato de haver organizações criminosas que parecem ter monopólio das atividades ilícitas na região¹⁶; 2) a possibilidade do cloridrato de cocaína estar bastante adulterado¹⁷, fazendo com que seja possível que as doses vendidas desta droga alcancem valores mais baixos; 3) devido ao tamanho da população de São Paulo enquanto possível mercado consumidor e sua estabelecida infraestrutura rodoviária, aeroportuária e portuária utilizada pelo tráfico internacional de cocaína, é possível que haja maior circulação desta droga.

Paraná

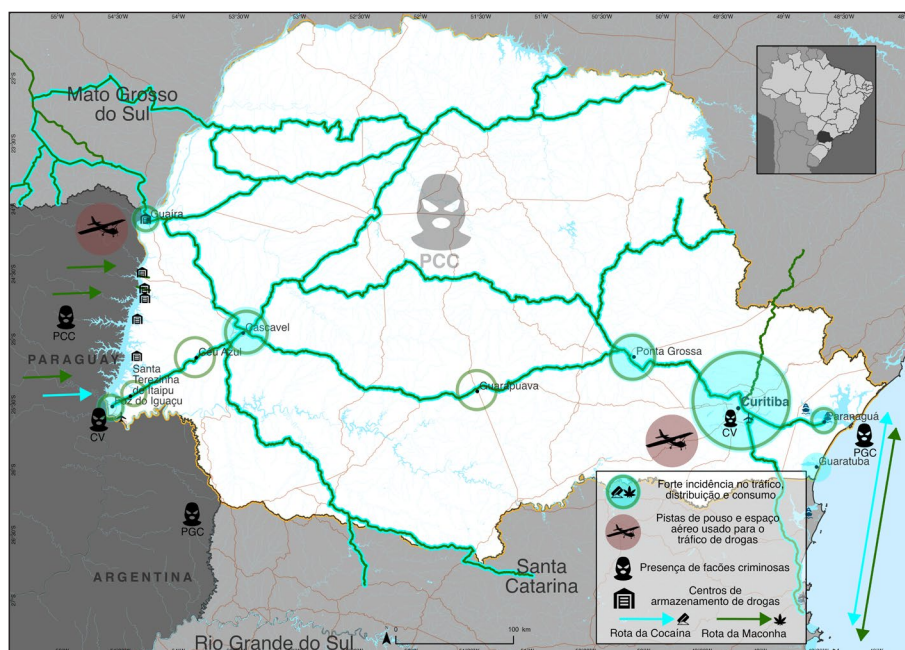
Com relação aos grupos criminosos, as principais facções que atuam na região são o PCC e o Primeiro Grupo Catarinense (PGC), que atuam no atacado e varejo do tráfico de drogas. Além desses grupos, foi relatado que o Comando Vermelho tem conquistado maior presença no Paraná, com atuação em Foz do Iguaçu (em grupos pequenos), operacionalizando portos clan-

¹⁶ Segundo um entrevistado, este fato pode contribuir para que o mercado ilícito no estado de São Paulo seja mais estável e possa direcionar os preços das mercadorias ilícitas.

¹⁷ Segundo interlocutores, o cloridrato de cocaína em São Paulo possui um baixo grau de pureza.

destinos para facilitar o tráfico de drogas entre Paraguai e Brasil (o CV atuaria mais no atacado do tráfico). Porém, segundo relatos, o PCC tem maior força em Foz do Iguaçu, até pela relação já estabelecida com grupos criminosos no Paraguai.

O CV também tem recebido dissidentes do PCC em Curitiba, uma vez que os faccionados se queixam das taxas e mensalidades¹⁸ cobradas pela facção paulista e acabam ingressando no grupo criminosos carioca (que possui taxas menores). Sendo assim, o CV também tem aumentado a atuação em Curitiba. Segundo informações, o CV tem atuado em aliança com o PGC, em disputa contra o PCC com o intuito de ganhar mais espaço no tráfico de drogas no estado. Esse confronto entre facções também ocorre na região próxima ao porto de Paranaguá, devido à disputa do tráfico na região pela utilização do porto para o tráfico internacional de cocaína.



Fonte: PMPR, PCPR e SESP/PR.

Elaboração: UNODC, CdE e SIMCI. A dinâmica do tráfico de drogas representada no mapa é baseada em fontes primárias obtidas através de um exercício de cartografia social durante workshop institucional no estado do Paraná.

Os limites e nomes mostrados e as designações utilizadas neste mapa não implicam aprovação ou aceitação oficial pelas Nações Unidas.

Em resumo, os relatos indicam que o PCC atua em todo o Paraná, enquanto o PGC tem uma maior atuação na região oeste do estado e no litoral. O CV parece atuar com menos intensidade, em Foz do Iguaçu e em Curitiba, sendo aliado do PGC. Afirmou-se, ainda, que o PCC teria uma vantagem de atuação na prisão. Além das disputas pelo tráfico no atacado, foi relatado que no varejo PCC e PGC disputam territórios pelo mercado consumidor local, principalmente, em Ponta Grossa, Paranaguá e Campo Largo. Segundo os interlocutores, a dinâmica criminal no Paraguai é composta por tradição de famílias que atuam na produção de maconha e trafegam em larga escala para o Brasil.

Na análise da coleta de informações, chamou a atenção o fato de que preço da maconha é bastante similar no mercado atacadista e varejista. Isso pode indicar que a proximidade com

¹⁸ O PCC cobra mensalidade e também vende rifas para seus filiados, que sorteiam veículos e motocicletas.

um país produtor de maconha (Paraguai) exerce influência na dinâmica da disponibilidade e do mercado desta droga.

Com relação ao local de comercialização das drogas relatadas, o estudo verificou que a maioria das ocorrências se deu em Via pública ou praça pública (55,6%), seguido de Boca de fumo/biqueira (19,2%) e Residência (14,5%). Quanto ao contexto da informação coletada, referente às diferentes etapas da cadeia produtiva da droga, obteve-se que 46% das drogas estavam em situação de distribuição/comercialização, 34% o respondente não sabia, 9,4% em trânsito/transporte, 6,4% em porcionamento ou dosificação, e 3,4% estavam armazenadas.

Com relação a coleta de preços de drogas no estado, chama atenção o fato de o preço da maconha ser bastante próximo tanto no mercado atacadista quanto no varejista. Isso pode indicar que a proximidade com um país produtor de maconha (Paraguai), exerce influência na dinâmica da disponibilidade e do mercado desta droga. Também merece uma reflexão mais aprofundada e investigações sobre o fato de a base de cocaína ser mais valorizada do que o cloridrato de cocaína, assim como o mercado atacadista da base de cocaína apresentar valores mais elevados do que o segmento varejista.

Pernambuco

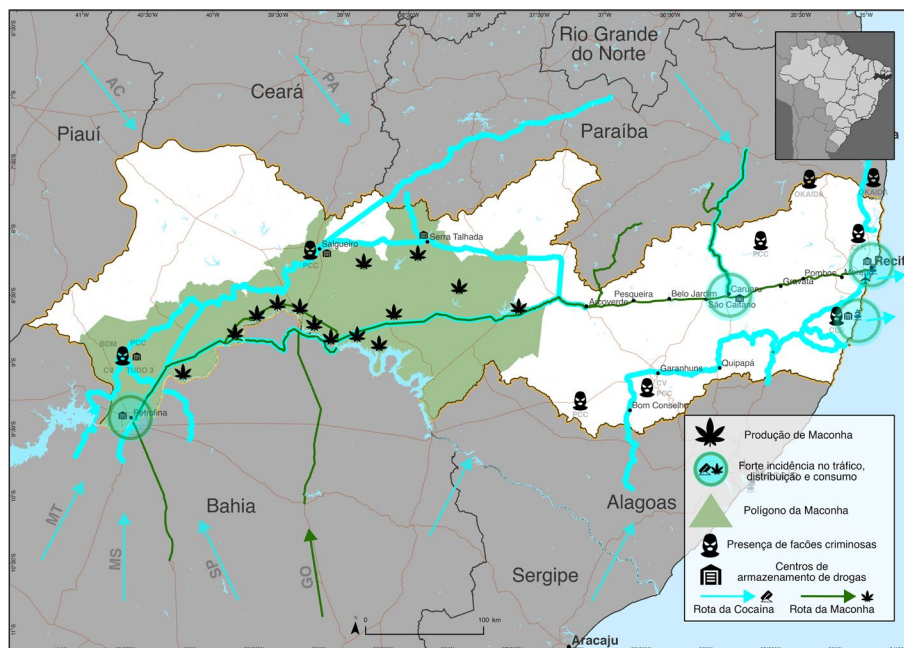
Os policiais identificaram rotas de tráfico de maconha dentro do estado a partir das plantações do polígono da maconha¹⁹ e também e para fora do estado. Além disso, verifica-se a entrada de maconha produzida no Paraguai, que vem de rotas que passam por Goiás. A cocaína, segundo eles, chega principalmente do Amazonas, de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. No caso da cocaína, a droga ainda entra em Pernambuco como rota para cidades da Paraíba e Rio Grande do Norte.

Foi relatada a atuação de um grupo do crime organizado local chamado de Trem Bala, que atua principalmente na região metropolitana de Recife, tendo subdivisões nomeadas de Comando Litoral Sul (CLS) e Comando Litoral Norte (CLN). Segundo relatos, o Trem Bala possui aliança com o Comando Vermelho (CV). A facção carioca atua principalmente no varejo da venda de drogas ilícitas e nas regiões do Sertão, Agreste, Setentrional e Petrolina no estado de Pernambuco.

Outro grupo local relatado é o “Bonde dos Maluco”, proveniente do estado da Bahia, que age em Petrolina e possui aliança com o PCC. Esta facção paulista atua principalmente no atacado da venda de drogas ilícitas e, sobretudo, em Recife, Petrolina e no Agreste do estado de Pernambuco. Adicionalmente, são identificados os grupos denominados “Tudo 2”, com ligação ao CV, e o “Tudo 3”, vinculado ao PCC, que também possuem atuação no estado.

Além disso, na região que faz divisa com o estado da Paraíba, há duas facções que disputam território entre si e acabam também atuando em Pernambuco, que são os grupos denominados de Okaida e Estados Unidos. O grupo Okaida possui maior atuação, segundo os interlocutores.

¹⁹ Polígono da maconha se refere às zonas de produção de maconha que ocorrem em alguns estados das regiões norte e nordeste do Brasil. Para o estado de Pernambuco, interlocutores relatam a incidência de cultivos de cannabis principalmente nos municípios às margens do Rio São Francisco do sertão pernambucano, considerando a região do Lago de Itaparica, o Agreste Meridional e o Sertão do Moxotó



Fonte: PCPE, PMPE e SDS/PE.

Elaboração: UNODC, CdE e SIMCI. A dinâmica do tráfico de drogas representada no mapa é baseada em fontes primárias obtidas através de um exercício de cartografia social durante workshop institucional no estado de Pernambuco. Os limites e nomes mostrados e as designações utilizadas neste mapa não implicam aprovação ou aceitação oficial pelas Nações Unidas.

Ao longo da pesquisa, foi relatado pelos entrevistados o aumento do preço da maconha natural nos últimos anos, fato que poderia ser explicado pelo aumento de apreensões e operações visando a erradicação desses cultivos pelas forças de segurança na região. Esses fatores contribuem para o aumento do valor da droga no estado e o consequente crescimento da circulação e consumo da maconha prensada oriunda do Paraguai. Alguns entrevistados relataram que, em 2020, era possível encontrar o valor aproximado de R\$1.000 para o quilo de maconha, e que em 2022 o preço do quilo mais que dobrou. Quanto à variabilidade do preço, as regiões de Petrolina e do polígono da maconha ainda apresentam valores mais rentáveis para comercialização do que a capital e região metropolitana.

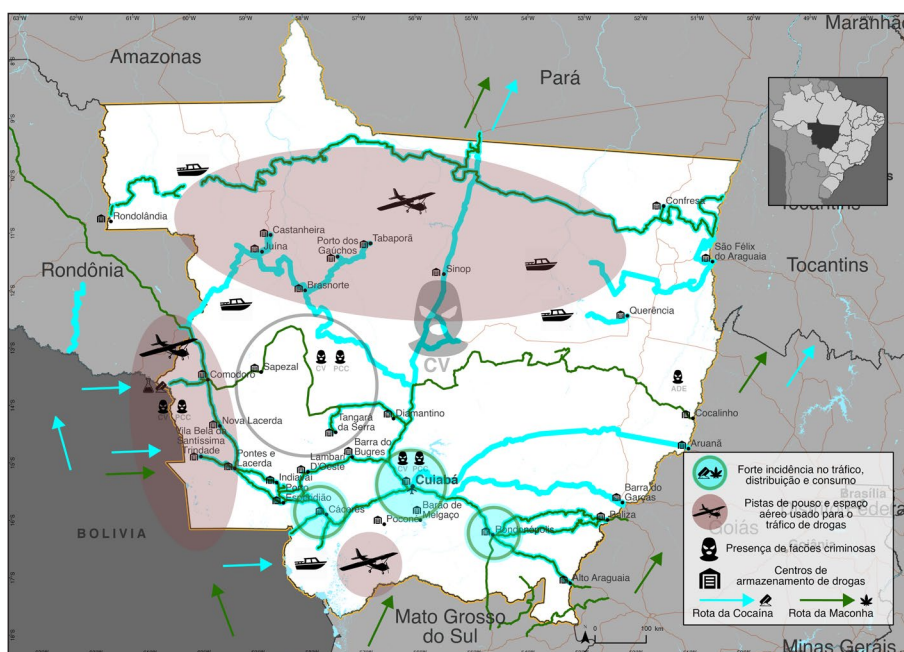
Com relação ao local de comercialização das drogas relatadas, verificou-se que a maioria das ocorrências se deram em Via pública ou praça pública (38,5%), seguida de Residência (30,8%) e Boca de fumo/biqueira (7,7%). Quanto ao contexto da informação coletada, referente às diferentes etapas da cadeia produtiva das drogas, obteve-se que 46% das drogas estavam em situação de trânsito/transporte, 31% estavam na fase de distribuição/comercialização e 23% armazenadas.

Mato Grosso

Com relação aos grupos que atuam no estado, foram relatados a presença do CV, grupo local que possui ligações com a facção carioca. Contudo, observa-se um afrouxamento hierárquico quando se compara o grupo mato-grossense com o grupo que atua no Rio de Janeiro. O CV do MT seria o grupo que atua com maior presença em todo o estado, tendo rixas com os demais grupos. O PCC também é presente no estado, atuando principalmente na região de fronteira com a Bolívia, tendo intensas disputas com o CV. Outro grupo identificado se deno-

mina Amigos do Estado (ADE), que teria maior presença na região nordeste do MT, próximo ao estado de Goiás. Segundo os interlocutores, o PCC e ADE possuem uma aliança contra o CV. Além disso, esses dois grupos recebem dissidentes do CV, uma vez que há uma dinâmica de cobranças rígidas em relação aos filiados, inclusive na forma de violência (penalidades como morte, tortura, chicoteamento, por vezes filmados).

Além dos grupos faccionados, também foi relatada atuação de pessoas que são “independentes”, que eram mais comuns anteriormente, sendo que o atual momento acaba por “empurrar” os criminosos em direção às facções. No âmbito do sistema prisional, foi relatado um domínio quase que completo do CV nas cadeias do Mato Grosso, com exceção do presídio em Várzea Grande, em que há controle do PCC. Relatou-se, também, uma rivalidade entre ADE e CV em Água Boa. Há o relato de predominância do CV em presídios de Cuiabá e do PCC em Várzea Grande (região metropolitana de Cuiabá).



Fonte: PJCMT, PMMT, Gefron/MT e SESP/MT.

Elaboração: UNODC, CdE e SIMCI. A dinâmica do tráfico de drogas representada no mapa é baseada em fontes primárias obtidas através de um exercício de cartografia social durante workshop institucional no estado de Mato Grosso. Os limites e nomes mostrados e as designações utilizadas neste mapa não implicam aprovação ou aceitação oficial pelas Nações Unidas.

Foi relatado também que, além do transporte tradicional via terrestre por meio de carros, na região é comum o uso de “mulas humanas”, que atravessam a fronteira a pé em áreas de floresta com carregamentos em mochilas.

Com relação a coleta de dados em Mato Grosso, a maior parte foi realizada pelo Grupo Especial de Fronteira (Gefron/Sesp), órgão responsável por fazer policiamento nas regiões de fronteira do estado. Assim, foi possível observar que a maioria das ocorrências se deram em zona rural, com quase a totalidade dos registros (97%). Em relação ao contexto da coleta de informação referente à etapa da cadeia do tráfico de drogas no estado, todos os registros referem-se à situação de trânsito/transporte. Este fato denota que o estado de fato possui uma característica de porta de entrada para diversas regiões do país.

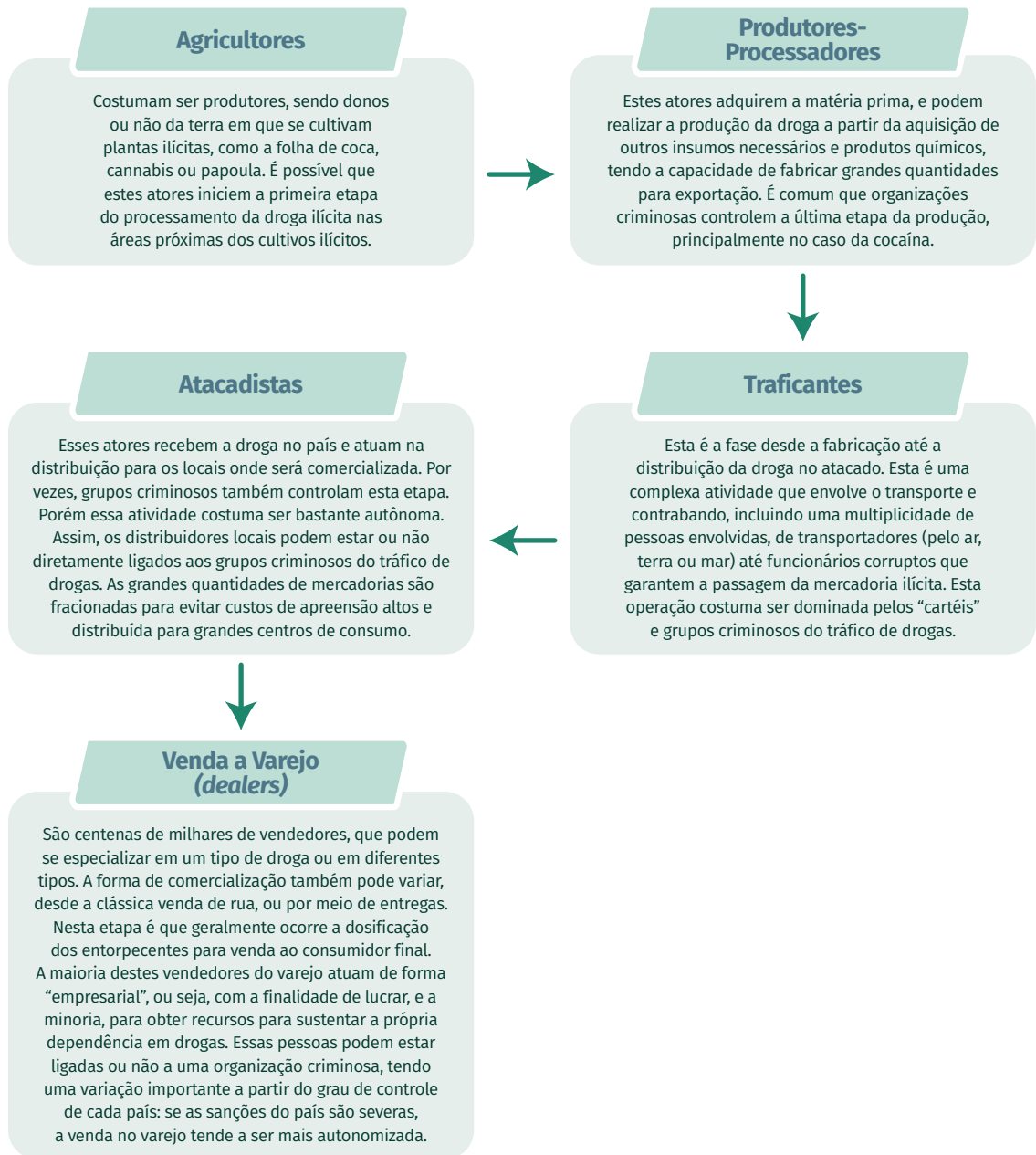
Diversos aspectos influenciam o mercado de drogas ilícitas

Os mercados de drogas ilícitas possuem diferentes graus de especialização e divisão de trabalho. O preço incluirá os custos e os riscos com os diferentes insumos necessários para a produção, com o transporte, custos associados à corrupção, tráfico de armas e outros delitos. O **preço das drogas ilícitas** é o valor monetário atribuído em diferentes estágios:



Elaboração: CdE.

Assim, dada a ilegalidade do mercado de drogas, a diferença de preço entre a produção e a venda ao consumidor final tende a ser consideravelmente maior. Há múltiplos atores em cada etapa da cadeia do tráfico de drogas, que exercem um efeito de controle sobre a estrutura de preços, de modo que os mercados de cocaína, maconha e outras drogas ilícitas têm dinâmicas diferentes. Nesse sentido, a caracterização e distribuição de atores nos mercados de drogas ilícitas pode ser descrita da seguinte maneira:



Fonte: Adaptado a partir de BERGMAN²⁰.
Elaboração própria.

Pureza das drogas ilícitas

A coleta sistemática de informações sobre apreensões de drogas ilícitas, bem como sobre a disponibilidade dessas drogas nos mercados de atacado (tráfico) e varejo (drogas de rua), tem sido um importante instrumento para a mensuração dos mercados internacionais de drogas ao redor do mundo. Órgãos internacionais, tais como UNODC, *Drug Enforcement Administration* (DEA), dos EUA, por meio do projeto STRIDE (*Drug Enforcement Administration’s System to Retrieve Information from Drug Evidence*)²¹, e *European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction* (EMCDDA), na Europa, fazem a mensuração frequente de dados como preços e pureza das drogas ilícitas ao longo dos anos, permitindo que gestores públicos e agentes de segu-

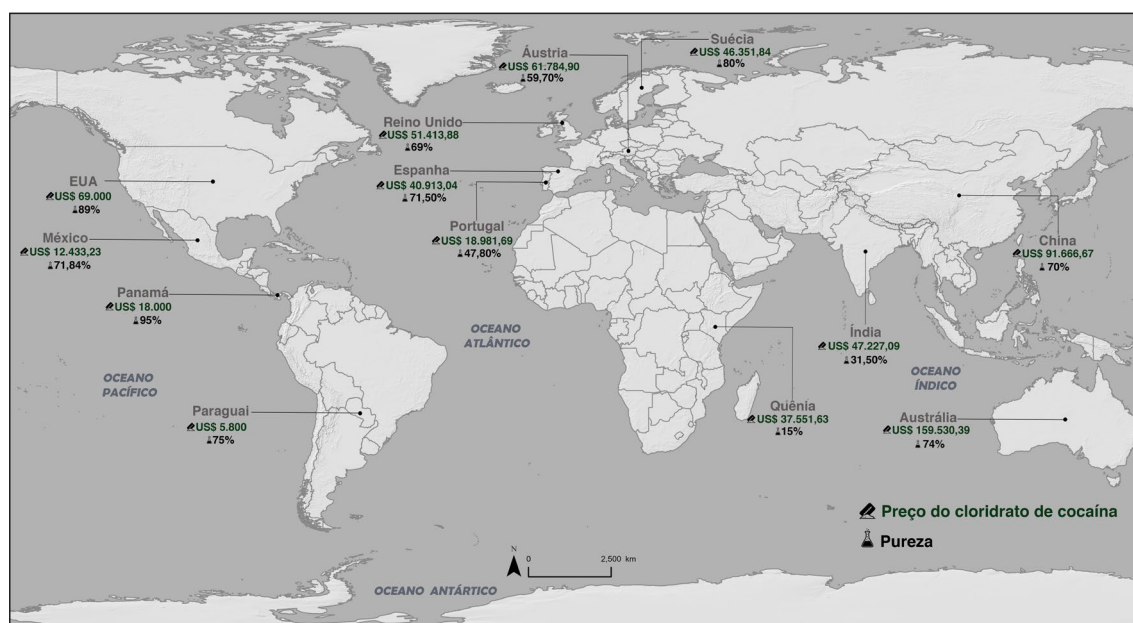
20 BERGMAN, Marcelo. *Illegal Drugs, Drug Trafficking and Violence in Latin America*. Cham: Springer International Publishing, 2018.

21 FRIES et al. *Institute for Defense Analysis, The Price and Purity of Illicit Drugs: 1981– 2007, 2008*.

rança pública se orientem sobre a dinâmica dos mercados de drogas ilegais com base em evidências consistentes.

O *Special Testing and Research Laboratory* do DEA faz essa análise de forma rotineira para o mercado dos EUA por meio das apreensões realizadas em trânsito no país, inclusive com submissões de amostras de cocaína obtidas do Brasil, revelando que a maioria das amostras analisadas são classificadas como de origem peruana (71%), e os solventes mais utilizados na produção do cloridrato são o acetato de etila (80%), acetona (14%) e mistura de acetatos (6%) (DEA, 2022). A figura abaixo mostra a variação de preços e pureza em diversos países do mundo, sendo considerados os valores médios de pureza a partir das informações cedidas pelos Estados-membros da ONU.

Preços em dólares americanos (por kg) e pureza típica da cocaína (cloridrato) por países no período de 2019-2020



Fonte: UNODC.

Elaboração: UNODC, CdE e Simci. Os valores dos preços e de purezas são baseados nos dados disponíveis no portal *dataUNODC* (<https://dataunodc.un.org>).

Os dados possuem fontes diversas obtidas por meio da submissão de países-membros e os preços correspondem ao mercado de atacado.

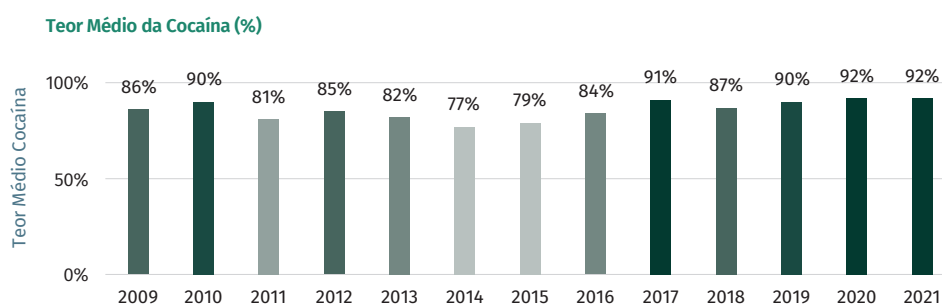
Os limites e nomes mostrados e as designações utilizadas neste mapa não implicam aprovação ou aceitação oficial pelas Nações Unidas.

No Brasil, o projeto do Perfil Químico das Drogas (PeQui) da Polícia Federal fornece, desde 2009, dados sobre os principais métodos de refino de cocaína, revelando informações sobre a pureza da cocaína, grau de oxidação e fármacos utilizados como adulterantes²². Nesse mesmo sentido, existe uma iniciativa entre a Senad, Polícia Federal e Polícias Científicas de alguns estados brasileiros, ainda em fase de implementação, com o objetivo de realizar a análise de preços e pureza da “cocaína de rua”, buscando informar as autoridades sobre como o mercado varejista dessa droga tem variado na correlação entre preço e pureza, em comparação com o mercado exportador, cuja pureza, nos últimos anos, tem atingido níveis elevados históricos.

22 ZACCA et. al. Brazilian Federal Police drug chemical profiling - The PeQui Project. *Science & Justice*, v. 54, p. 300-306, 2014.

A informação a respeito do cloridrato de cocaína apreendido pelas policiais estaduais ainda é residual. Porém, a Polícia Federal tem feito um trabalho de coleta de informações nas apreensões realizadas por instituições federais. Normalmente, estes produtos possuem uma característica de tráfico internacional, sendo esperadas amostras com maior grau de pureza.

No âmbito do projeto PeQui, foram analisadas 1088 amostras de cocaína. Na comparação anual sobre a pureza da cocaína, nota-se uma manutenção da pureza média no cloridrato de cocaína próximo de 90%. Contudo, os valores de 92%, observados em 2020 e 2021, representam os maiores da série histórica do PeQui. A média histórica de amostras de cocaína (cloridrato) analisadas no PeQui é de 87% (2009-2021).



Fonte: Polícia Federal.

Lições aprendidas a partir do estudo

O monitoramento dos preços das drogas ilícitas não é um processo estático; depende da retroalimentação por meio das lições aprendidas em cada uma das etapas estabelecidas, das experiências de outros países neste exercício e das necessidades de informação que surgem, dada a natureza mutável dos mercados ilícitos. Por conseguinte, a identificação dos desafios enfrentados pelo presente projeto depende tanto da concepção quanto do escopo do objetivo da proposta. Além disso, para ser sustentável ao longo do tempo, recomenda-se que, ao longo do processo, sejam contemplados parâmetros que permitam fortalecer a metodologia e sua aplicação, de tal forma que a implementação gradual possa ser estendida a diferentes estados do país, atingindo regiões onde o mercado de drogas ilícitas se prolifera.

Este estudo tem como finalidade principal contribuir para o aprimoramento de políticas sobre drogas, seja no âmbito federal ou nos estados. Devido ao arranjo federativo brasileiro, as ações em nível estadual acabam tendo um caráter pulverizado. Portanto, **a cooperação de ações baseadas em evidências científicas** é um dos pilares que necessitam ser adotados em todo o país.

O estudo lista algumas recomendações para a administração pública, com propostas de colaboração entre Unidades Federativas e União:

- 1) A padronização das informações sobre o tráfico de drogas;
- 2) Que se estabeleçam mais cooperações internacionais e entre instituições brasileiras com intuito de promover maior intercâmbio de informações;
- 3) Que haja continuidade da coleta sistemática de preços de drogas ilícitas com intuito de monitorar o mercado ilícito;
- 4) Que se fomente a coleta de informação sobre a pureza da cocaína apreendida pelas polícias estaduais com maior frequência.

Além disso, a ideia é contribuir para a formação de uma agenda de pesquisa que tenha como objetivo a criação de indicadores que permitam a melhor compreensão do tráfico de drogas no país.



O estudo “Dinâmicas do Mercado de Drogas Ilícitas no Brasil” buscou contribuir para qualificar o debate público sobre o problema do tráfico de drogas em uma perspectiva de orientar ações de redução da oferta. Tendo em vista a importância da construção de políticas públicas baseadas em evidências, durante a elaboração desse projeto foram consideradas as melhores evidências disponíveis sobre os problemas analisados.



Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA